



## RESENHA DO ARTIGO INTITULADO “POLÍTICAS DE RESSOCIALIZAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL: SITUAÇÃO ATUAL, LIMITAÇÕES E DESAFIOS”<sup>1</sup>

REVIEW OF THE ARTICLE TITLED “RESOCIALIZATION POLICIES IN THE PRISON SYSTEM: CURRENT SITUATION, LIMITATIONS AND CHALLENGES”

Recebido: 13/04/2022 | Aceito: 12/05/2022 | Publicado: 03/08/2022

**Carlos José Bertholdi<sup>2</sup>**

 <https://orcid.org/0000-0002-2843-5706>

 <http://lattes.cnpq.br/6914997546120094>

UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

E-mail: [cjb0910@hotmail.com](mailto:cjb0910@hotmail.com)

### Resenha da obra:

QUEIZOZ, Amanda Maciel; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Políticas de ressocialização no sistema prisional. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano 2020, Vol.11 – n. 41.

### Resumo

Esta é uma resenha do artigo intitulado “Políticas de ressocialização no sistema prisional”. Este artigo é de autoria de: Amanda Maciel Queiroz e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”. Ano 2020, Vol.11 – n. 41.

**Palavras-chave:** Ressocialização. Sistema prisional. Apenado.

### Abstract

*This is a review of the article entitled “Resocialization Policies in the Prison System”. This article is authored by: Amanda Maciel Queiroz and Jonas Rodrigo Gonçalves. The article reviewed here was published in the journal “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicas e Financeiros”. Year 2020, Vol.11 – n. 41.*

**Keywords:** Resocialization. Prison system. Jailed.

### Resenha

Esta é uma resenha do artigo “Políticas de ressocialização no sistema prisional”. Este artigo é de autoria de: Amanda Maciel Queiroz e Jonas Rodrigo Gonçalves. O artigo aqui resenhado foi publicado no periódico “Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros”. Ano 2020, Vol.11 – n. 41.

<sup>1</sup> A revisão linguística desta resenha foi realizada por *Érida Cassiano Nascimento*.

<sup>2</sup> Graduando em Direito pelo UniProcessus – Centro Universitário Processus, DF, Brasil

Quanto aos autores deste artigo, conheçamos um pouco acerca do currículo de cada um deles. Muito do que compõe a formação ou a experiência de um autor contribui para a reflexão temática dos temas aos quais se propõe a escrever. Conheçamos, então, um pouco sobre cada um deles.

A primeira autora deste artigo é Amanda Maciel Queiroz. Pós-Graduada em Direito pela Faculdade Processus. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4381815108918832>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5095-6818>.

O segundo autor deste artigo é Jonas Rodrigo Gonçalves. Doutorando em Psicologia; Mestre em Ciência Política (Direitos Humanos e Políticas Públicas);

Licenciado em Filosofia e Letras (Português e Inglês); Especialista em Direito Constitucional e Processo Constitucional, em Direito Administrativo, em Direito do Trabalho e Processo Trabalhista, entre outras especializações. Professor das faculdades Processus (DF), Unip (SP) e Facesa (GO). Escritor (autor de 61 livros didáticos/acadêmicos). Revisor. Editor. CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6904924103696696>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4106-8071>.

Este artigo é dividido nos seguintes capítulos: resumo, palavras-chave, *abstract*, *keywords*, desenvolvimento e referências.

Considerando as atuais deficiências das políticas públicas no sistema prisional brasileiro, a ressocialização de presos brasileiros caminha para o colapso.

O artigo traz como tema central o sistema prisional, fazendo uma reflexão sobre as políticas de ressocialização. Discutiu-se os seguintes problemas: Como está a situação atual, suas limitações e seus desafios principais? Neste artigo, levantou-se a hipótese: “Realmente tendem ao colapso as implementações políticas de ressocialização do apenado no sistema prisional brasileiro?”.

O objetivo geral deste artigo é apresentar as limitações e os desafios do atual sistema, bem como os desafios das políticas de ressocialização no sistema prisional brasileiro. Os objetivos específicos são apontar os responsáveis gestores públicos e apresentar os modelos atuais de ressocialização.

A temática da pesquisa se justifica no tema social e científico. No social, a deficiência da ressocialização parece sem solução. No científico, expor de modo sistemático as políticas de ressocialização no sistema prisional.

A metodologia de pesquisa utilizada para construção deste artigo foi qualitativa teórica de três meses.

Vários problemas do sistema carcerário brasileiro foram apresentados pelos autores. Afirmam também que o Estado, através do Poder Executivo, como responsável pela geração e implementação das políticas públicas voltada para a ressocialização do preso e gestor orçamentário, deixa de atender necessidades básicas dos apenados, não oferece condições mínimas sustentáveis de infraestruturas nos presídios, bem como deixa de implementar os fundamentos da Lei de Execução Penal – LEP e os princípios

constitucionais. É sabido pelos autores que a sociedade como um todo se depara com enorme desafio frente à criminalidade nos presídios e fora deles.

Neste cenário, muito bem exposto, às consequências negativas são as mais diversas. Entre elas: os modelos de políticas de ressocialização são deficitárias, que não acarretam o reconhecimento social; os programas de reabilitação atuais não capacitam o criminoso para o trabalho após o cumprimento da pena e não o introduz ao convívio social; a dignidade humana moral e física deixa de ser a principal premissa durante a vida carcerária; a geração de rebeliões por causa das superlotações nas celas, ambientes insalubres e perigosos; instituição de organizações criminosas que matam e traficam dentro do presídios; a falta de infraestrutura digna para a convivência de presos e seus familiares; a falta de capacitação do reeducando e a ausência de oficinas profissionalizantes em muitos presídios; a falta de classificação do preso no aspecto crime cometido; o déficit de recursos financeiros e de servidores multidisciplinares para a unidades prisionais; o alto índice de reincidência penal.

Nesta perspectiva, este trabalho visa expor a complexidade e necessidade de uma atenção diferenciada do Poder Público ante a gravidade da problemática, além de apontar os responsáveis e ilustrar ações para melhorar a questão da ressocialização. Na busca de algo concreto, os autores objetivam a importância deste artigo de servir como ferramenta para linhas de ações na implementação de políticas de ressocialização, pois o sistema carcerário brasileiro está em uma crise sem solução. Todo o trabalho norteou-se em conhecimento científico, em fatos e na aplicação das leis.

Estas mazelas ocorrem porque o Poder Público é ausente dentro dos presídios brasileiros. A falta de consenso entre os políticos frente ao problema emperra as ações efetivas de solução. A afirmação dos idealizadores deste artigo que a intensidade do cumprimento da pena muitas vezes, disfarçado de legalidade, não cessa o crime é perfeitamente corroborada com a realidade criminal e a sua reincidência.

A sociedade questiona a eficiência, a metodologia e os meios aplicados na ressocialização do preso. Neste pensar, é perceptível a falência do sistema prisional em diversos segmentos. É um verdadeiro cenário de parcial abandono pelo Estado, o qual se ausenta de suas responsabilidades como garantidor de direitos.

O fato de o Estado aplicar uma pena privativa de liberdade não chega a ser suficiente para reintegrar o preso de forma sustentável na sociedade. Quando este mesmo Estado deixa de aplicar verbas orçamentárias no sistema prisional, deixa de melhorar as infraestruturas nos presídios, deixa de criar e executar projetos de ressocialização e oficinas de trabalho, deixa de aplicar fundamentos legais no cumprimento da pena e deixa de garantir dignidade e segurança a todos está endossando a alta criminalidade e a reincidência penal.

Os idealizadores deste artigo apontam possíveis soluções para amenizar o caos instalado nos presídios brasileiros. Começando com a modernização e o aumento das instalações prisionais. É perceptível que quando há espaços para convivência geral familiares e presos, salas para educação, bibliotecas e

oficinas profissionalizantes há também melhor qualidade de ressocialização e inserção do preso em sociedade, diminui a reincidência penal e a criminalidade.

É importante abandonar, quase como um todo, o atual modelo de gestão dos presídios. Projetos de ressocialização com objetivo de humanizar a privação de liberdade, quadro de profissionais multidisciplinares e espaços profissionalizantes precisam estar presentes em todo o complexo prisional. Dando oportunidade de trabalho remunerado para o preso durante o cumprimento da pena, além de ser um direito garantido pela LEP, traz dignidade e condições de se sustentar após o cumprimento da pena.

É fundamental a participação familiar na reintegração social do apenado na sociedade e para diminuição da reincidência penal. O Poder Público deve promover e incentivar continuamente o acesso da família ao preso. Espaços dignos, ferramentas de integração, oficinas com funções retributiva e pedagógica auxiliam para melhor ressocialização e afastamento do interno ao mundo do crime. Neste sentido, afirmam os autores a complexidade da ressocialização, e é exigido o empenho de toda a sociedade que está envolvida diretamente neste processo.

Neste artigo, os autores trouxeram uma abordagem sobre as implementações das políticas nacionais de ressocialização do sistema prisional. A ressocialização, ponto bastante questionável quanto a sua atual aplicabilidade, é crucial para a eficiência da reinserção saudável do preso à sociedade. As políticas públicas de reinserção são deficientes, pois não conseguem recuperar os presos, mas somente os privam de sua liberdade.

A proposta dos precursores desta obra foi atendida quando trouxe a discussão da problemática de execução das políticas implementadas e seus entraves atuais. E neste prisma, não há caminho diferente do que o insucesso.

A abordagem dos autores, do ponto científico, foi expor de modo sistemático as atuais abordagem das implementações de políticas públicas, que servirão de ferramentas nas decisões com o objetivo de reverter o descompasso da crise.

Por fim, os autores, bastante coerentes, deixam claro que para ter sucesso na reintegração do preso à sociedade de forma eficaz é preciso que o Poder Público invista em melhorias estruturais nas unidades prisionais, que promova integração social, que respeite o princípio da dignidade humana por meio do trabalho direcionado e acompanhamento psicossocial pós-pena, de forma a valorizar o apenado como ser humano e integrante de uma sociedade sem preconceitos.

## Referências

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Como elaborar uma resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**. Vol. 3, n. 7, p. 95–107, 2020. DOI: 10.5281/zenodo.3969652. Disponível em: <<http://revistajrg.com/index.php/jrg/article/view/41>>. Acesso em: 3 ago. 2021.

GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020.

QUEIZOZ, Amanda Maciel; GONÇALVES, Jonas Rodrigo. **Políticas de ressocialização no sistema prisional**. **Revista Processus de Estudos de Gestão, Jurídicos e Financeiros**. Ano 2020, Vol. 11, n. 41, 2020. Disponível em: <<http://periodicos.processus.com.br/index.php/multi/article/view/225>>. Acesso em: 03 ago. 2021. GONÇALVES, Jonas Rodrigo. Modelo de resenha de um artigo acadêmico ou científico. **Revista Processus Multidisciplinar**. Vol. 1, n. 2, p. 04-07, ago. 2020.